

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

**DESENVOLVIMENTO, TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA: ALGUMAS
CONEXÕES A PARTIR DA REALIDADE FRONTEIRIÇA DE PONTA PORÃ/MS**

**DEVELOPMENT, TOURISM AND CREATIVE ECONOMY: SOME
CONNECTIONS FROM THE BORDER REALITY OF PONTA PORÃ MS.**

Eliana Lamberti¹

Estevão Domingo Copérnico Satti²

Jorceli de Barros Chaparro³

Silvana Piva⁴

Resumo: Diante de um mundo globalizado e confuso pelas contradições trazidas pelos avanços das técnicas e ciências, as diferenças aparecem na vida dos atores envolvidos em um cenário de competição onde o caráter econômico se sobressai. Nesse sentido, torna-se importante apresentar alternativas para um desenvolvimento mais humano que vise a inclusão dos menos favorecidos não somente na obtenção de renda, mas principalmente inclusão social por meio de valorização de cultura local. O presente artigo tem por objetivo analisar a possível contribuição da Economia Criativa e do Turismo para o desenvolvimento no município de Ponta Porã. A pesquisa é essencialmente qualitativa e teórica (com características descritiva) e o referencial utilizado parte de leituras orientadas e definidas a partir de vínculos com objeto investigado. Os resultados encontrados apontam o potencial para o desenvolvimento do artesanato, uma vez que já ocorreu um trabalho inicial realizado pela Prefeitura municipal de Ponta Porã em conjunto com os artesãos.

Palavras chaves: cultura, artesanato, fronteira.

Abstract: Facing a globalized world confused by the contradictions brought by advances in techniques and sciences, the differences appear in the lives of the actors involved in a competition scenario where economic character stands out. In this sense it becomes important to present alternatives for a human development aimed at the inclusion of disadvantaged not only in getting income but mainly by social inclusion through local culture appreciation. This article aims to analyze the possible contribution of the Creative Economy and Tourism for development in the municipality of Ponta Porã. The research is essentially qualitative and theoretical with (descriptive characteristics) and theoretical referential by oriented readings and set from links to object investigated. The results indicate a potential for the development of crafts, as has already occurred an initial work done by the City Hall of Ponta Porã in conjunction with the artisans. But lacking a fit between the creative industries and other branches of the local economy to consolidate the activity as a promoter of development.

Key words: culture, crafts, frontier.

¹ Graduada em Ciências Econômicas, Doutora em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Professora do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. eliana@uems.br

² Graduado em Administração, Mestrando do Programa Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS), estevaodcsatti@gmail.com.

³ Graduada em Administração, Mestranda do Programa Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS), jorcelibc@gmail.com.

⁴ Graduada em Turismo, Mestranda do Programa Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS), silvanapivaa@gmail.com.

Introdução

As reflexões constantes neste artigo derivam do esforço de relacionar desenvolvimento, turismo e economia criativa a partir do contexto das dinâmicas territoriais e, portanto, dos desafios estabelecidos para os atores locais frente às mudanças oriundas do chamado processo de globalização.

Em relação à globalização, as contribuições de Santos (2011) podem ser antecipadas. O autor define a atualidade enquanto um mundo confuso, marcado por um extraordinário progresso das ciências e das técnicas que produzem materiais artificiais para um mercado avassalador e global que, por sua vez, se apresenta como sendo capaz de homogeneizar o planeta em busca de uniformidade a serviço dos atores hegemônicos. Essa definição é importante para o território em análise.

É, especialmente, a partir de 1990, que ocorre a ruptura nas barreiras econômicas por meio da expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais. Com a globalização é criado um novo cenário para competição, aumentando-se a concorrência entre empresas e os territórios, sobrepondo a estas a necessidade de constantes melhorias em seu sistema produtivo. Ou seja, do ponto de vista territorial, essas transformações, sejam de caráter econômico, organizacional, tecnológico e social, tem requerido do âmbito local respostas estratégicas aos desafios inerentes a essa mudança.

Obviamente, os debates em torno das práticas possíveis estão embalados pelo debate teórico em torno do conceito de desenvolvimento bem como das possibilidades e limites da gestão local em promovê-lo. Neste debate, desponta o conceito de desenvolvimento endógeno, que tem por premissa o uso do potencial da comunidade local de liderar o processo de mudança para que o desenvolvimento ocorra.

O palco para a discussão em torno da convergência entre desenvolvimento, turismo e economia criativa é a realidade bastante específica do território fronteiro de Ponta Porã em Mato Grosso do Sul. Este território, caracterizado pela existência de cidades gêmeas⁵ (Ponta Porã do lado brasileiro e Pedro Juan Caballero do lado paraguaio), especializou-se no turismo

⁵As cidades-gêmeas podem ser apreendidas enquanto adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira e possibilitam diferentes processos de integração (social, econômica, cultural) e de conflitos que em geral não estão previstos na forma de leis, normas ou regulamentações. Além disso, o desenvolvimento nem sempre é simétrico nesse território dado que vigoram leis e objetivos de nacionalidades diferentes com estreita proximidade física. Em Mato Grosso do Sul, existem outras duas cidades-gêmeas: Bela Vista/Bella Vista e Coronel Sapucaia/Capitán Bado.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index> de compras⁶. Esta modalidade de turismo é bastante sensível e é rapidamente afetada por mudanças conjunturais, tanto atinentes à política cambial (paridade entre as moedas dólar e real) como monetária e fiscal.

O caráter conjuntural atua de forma a estimular ou não as relações comerciais e turísticas, em especial a atividade dos sacoleiros e, por conseguinte o processo de reexportação, que acoplado a outros fluxos, promovem dinamismos urbanos em ambos os lados da fronteira. Por esta razão, embora o lado brasileiro totalize aproximadamente 86.717 habitantes (IBGE 2016), é preciso “olhar e pensar” esse território com um contingente populacional de no mínimo o dobro deste número e com uma dinâmica e interação cotidiana não captada pelos mapas. Assim, como na história dessas cidades se mesclam muitos aspectos próprios de cada evolução particular, a realidade atual de uma não pode ser entendida sem se considerar a realidade da outra.

Portanto, é neste contexto que se propõe a discussão em torno de possibilidades de desenvolvimento local a partir de uma dinâmica turística pautada na economia criativa e capaz de explorar o potencial cultural. Para que este objetivo geral possa ser alcançado é preciso: discutir a evolução do conceito de desenvolvimento até a perspectiva territorial e endógena; apreender o turismo para além de uma mera atividade econômica e, conhecer as premissas da economia solidária.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa caracteriza-se por um esforço essencialmente qualitativo e teórico.

Para Richardson (2011) o método serve para “mostrar uma forma adequada para compreender a natureza de um fenômeno social.” Porém, sem descartar a preocupação na subjetividade das informações que forem obtidas com a utilização deste método. No que diz respeito aos fins, a pesquisa pode ser caracterizada como descritiva. Os estudos descritivos, segundo Gil (1999, p. 45) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Os referenciais foram escolhidos a partir das leituras orientadas⁷ e definidas a partir de sua vinculação com o objeto investigado.

⁶ Esta possibilidade decorre da prática reexportadora do Paraguai. A reexportação se refere à entrada de mercadorias em um país produzidas em outro com o objetivo de serem vendidas ao exterior independente da ocorrência do processo de transformação ou não dessa mercadoria no país que importou. Alguns aspectos determinam essa prática, tais como a inexistência de uma série de fatores tais como relações políticas e comerciais, rede adequada de transporte, técnicas e capitais suficientes para a transformação do produto por parte do país exportador.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

A pesquisa sobre o objeto investigado correspondeu a coleta de dados secundários e documentos obtidos junto aos órgãos públicos.

Logo, as próximas páginas estão organizadas de modo a contemplar sequencialmente os objetivos específicos estabelecidos a partir da metodologia escolhida.

Possibilidades teóricas em torno do desenvolvimento

Desenvolvimento é um termo cujo conceito tem recebido diferentes adjetivos quando não é entendido como sinônimo de crescimento econômico.

Veiga (2010) apresenta uma síntese da trajetória da discussão em torno do que seria desenvolvimento. O autor explica que, até 1970, o desenvolvimento era apreendido enquanto sinônimo de progresso material. A partir de 1990 e com a publicação do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) começa a se firmar como um indicador razoável de mensuração, apesar de críticas e limitações⁸.

O referido autor, ainda resume três possíveis respostas, de acordo com as correntes de pensamento, à indagação do que é desenvolvimento. Uma primeira explicação considera o desenvolvimento como sinônimo de crescimento e industrialização⁹. Outra corrente argumenta que o desenvolvimento é ilusão, mito ou manipulação ideológica porque não seria possível mobilidade ascendente na rígida hierarquia da economia capitalista mundial. Uma terceira perspectiva, que Veiga denomina de “caminho do meio entre a miopia que reduz o desenvolvimento ao crescimento e o derrotismo que o descarta como inexecutável” (Veiga, 2010, p. 33), estabelece que o desenvolvimento pressupõe não apenas questões objetivas, é imperativo analisar as bases materiais do processo e por isso corresponde a um projeto social.

Posto isto, a problemática do desenvolvimento se consolida como uma discussão das ciências sociais e humanas porque envolve variáveis distintas e diferentes áreas do conhecimento (como sociologia, ética, política, história, ecologia, cultura) logo, possui um caráter pluri e transdisciplinar. Dessa forma, o termo desenvolvimento vem recebendo muitos

⁷ Pela disciplina Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Sustentável ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Ponta Porã.

⁸ O IDH compreende, além do conteúdo monetário e quantitativo da renda per capita, aspectos qualitativos atinentes a expectativa de vida e nível de escolaridade.

⁹ Essa linha de interpretação pauta-se na evidencia de que até início dos anos 1960 as poucas nações desenvolvidas eram as industrializadas.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

adjetivos e conceitos a depender da perspectiva e corrente de pensamento (sociocultural, regional, sustentável, endógeno, local, territorial¹⁰).

Portanto, ao problematizar a questão do desenvolvimento e pontuar as consequências diretas da globalização sobre a atividade turística (enquanto aumento da concorrência nos mercados e imposição de ajuste dos sistemas produtivos nacionais), pode-se entendê-la como um processo vinculado ao território, porque os ajustes necessários para inserção nesta nova dinâmica dependem das decisões sobre investimento e localização tomadas pelos atores econômicos.

Dallabrida e Becker (2003), ao discutirem a dinâmica territorial do desenvolvimento, lembram das contribuições de Milton Santos que defendia uma visão globalizadora da realidade nacional e mundial para quem o território é o aspecto integrador. Os autores partem do conceito de território enquanto espaço territorializado, apropriado, de ação e de poder. Logo, a dinâmica territorial do desenvolvimento refere-se às diferentes formas dos atores organizarem-se para atuarem no processo de ordenamento e reordenamento do território que possibilitará o desenvolvimento local.

Desta forma, o desenvolvimento local refere-se a um determinado processo de territorialização (e desterritorialização¹¹ - reterritorialização) capaz de estimular as potencialidades e contribuir para a superação dos desafios, de estimular sua capacidade de auto-organização, implementando uma dinâmica territorial de desenvolvimento autônoma, não privatista, menos desigual e segundo a lógica da sociedade, cujo processo de mudança social tem por finalidade o progresso.

A pergunta provocativa deixada por Dallabrida e Becker (2003) é: é possível reagir neste contexto? É possível não ser mero espaço de acolhimento das iniciativas empresariais? A resposta dos autores está na dinâmica endógena dos territórios: no modo de organização, de interação entre empresas e atores institucionais. Ou seja, o território toma o lugar do mercado como sujeito do desenvolvimento requerendo coesão da sociedade civil, consciência política, autonomia, racionalidade, cooperação, competitividade, inovação permanente. Neste interim, destaca-se a importância do capital social enquanto conjunto de elementos da estrutura social e cultural (hábitos, costumes, confiança) que caracterizam a organização social que contribuem para aumentar eficiência da sociedade e facilitar as ações coordenadas.

¹⁰ É necessário lembrar a contribuição do economista indiano Amartya Sen, que além de ser um dos mentores do IDH, ganhou Nobel em Economia em 1994 com sua tese Desenvolvimento como Liberdade.

¹¹ Desterritorialização é o processo que ocorre quando um projeto não leva em conta a realidade socioeconômica, cultural e ambiental.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

E ainda, Dallabrida e Becker (2003) destacam que o tecido econômico enraiza-se nas estruturas socioculturais e por isso a análise econômica deve ser acrescida da análise social e vice-versa. A dimensão territorial é reintegrada às teorias do crescimento alinhando produção, circulação e regulação institucional que são definidas localmente. Por fim, as ações dos atores sociais são condicionadas pelo seu pertencimento às redes de relações interpessoais haja vista que o mercado não é um livre jogo de forças abstratas e sim ações imbricadas em redes concretas de relações sociais que determinam o comportamento do ator econômico.

Os autores defendem ainda que as “fórmulas” ou modelos de desenvolvimento não são eficazes diante do novo paradigma de organização flexível e do Consenso de Washington¹² que estabeleceu uma simplificação excessiva nas exigências de ajuste estrutural e gerou um vazio na política pública para as micro, pequenas e médias empresas, uma vez que tudo se reduz ao ajuste externo e a política macroeconômica.

Portanto, o contraponto é a visão do desenvolvimento local que pressupõe planejamento integral e menos simplificador sobre o funcionamento da economia a partir da preocupação com aspectos sociais e ambientais para além do econômico e do financeiro. O fundamental são os investimentos em capital humano, social e natural, de modo a “endogeneizar” as oportunidades e o processo participativo. Soma-se a essa proposta a importância da assessoria técnica para Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), um marco fiscal favorável às micro e pequenas empresas e a valorização do patrimônio cultural e histórico.

Nesta perspectiva, a Teoria do Desenvolvimento Endógeno (TDE) pressupõe que a acumulação de capital e o progresso tecnológico são fatores chaves no crescimento econômico e no desenvolvimento autossustentado e enfatiza o papel dos atores econômicos, privados e públicos nas decisões de investimento e localização.

Ainda, o desenvolvimento ocorre em consequência da utilização do potencial e do excedente gerado localmente, de modo que é essencial ativar a criação e difusão de inovações no sistema produtivo, a organização flexível da produção, a geração de economias de aglomeração e de diversidade, além do fortalecimento das instituições. Portanto, o desenvolvimento econômico e a dinâmica produtiva são dependentes da introdução e difusão

¹² Corresponde a medidas de política econômica consensuais entre as agências norte-americanas e agências internacionais exigidas para fins de empréstimos internacionais. Tais medidas são associadas ao ideário neoliberal e pressupõe: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos; reforma fiscal; liberalização do financiamento; unificação da taxa de câmbio; liberalização comercial; abolição de barreiras ao investimento externo direto; privatização; desregulamentação; garantia do direito de propriedade.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

das inovações e do conhecimento que impulsionam a renovação do sistema produtivo, visto que a acumulação de capital se traduz em acumulação de tecnologia e conhecimento.

A difusão das inovações e do conhecimento, por sua vez, estão condicionadas pelo entorno (empresas, instituições, atores econômicos e sociais) que podem melhorar o “estoque” de conhecimento tecnológico e criar economias externas. A organização do entorno (onde se estabelecem as relações entre empresas, provedores e clientes) condiciona a produtividade e a competitividade das economias locais. Logo, o sistema de empresas locais é um dos mecanismos pelos quais ocorre o crescimento e a mudança estrutural e no qual se expressa o potencial de desenvolvimento econômico local.

Para além de uma definição mecânica do desenvolvimento, Barquero (2001) propõe a TDE numa perspectiva que possui raízes institucionais e culturais que favorecem ou não a atividade econômica e, ainda, corresponde a um sistema de instituições que permite produzir bens públicos e relações de cooperação entre atores, que contribui para a aprendizagem e inovação, de modo a constituir maiores condições de competitividade.

Neste contexto, os fatores de acumulação formam um sistema que permite aumentar a contribuição de cada um no processo, dando um efeito ampliado nos quesitos: inovações e difusão do conhecimento; flexibilidade e complexidade institucional; desenvolvimento urbano do território; organização flexível da produção e políticas. A atuação combinada desses elementos pode gerar um círculo virtuoso ou vicioso.

O paradigma proposto, portanto, refere-se à expansão e transformação do sistema produtivo pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território, mediante investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o crescente controle da comunidade local. O objetivo a ser perseguido, portanto, é a busca pelo bem-estar econômico, social e cultural da comunidade em seu conjunto e de acordo com as características e capacidades de cada localidade. Esse enfoque territorial indica que o território é agente de transformação e não mero suporte de um conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais) formadores de seu potencial de desenvolvimento, e as pequenas e médias empresas transformam-se em atores-chaves nesse processo, diante da flexibilidade produtiva.

O desafio está na capacidade das iniciativas locais de conjugar a eficiência na alocação dos recursos públicos e privados, a equidade na distribuição da riqueza e do emprego e o equilíbrio em termos de meio ambiente. Ainda, a gestão descentralizada implícita nesta proposição corresponde à resposta local, que por sua vez está predeterminada em função do

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

potencial de crescimento, do sistema organizacional e da dinâmica de aprendizagem de cada território.

É a partir destas premissas que relaciona-se a proposta de desenvolvimento local com o turismo e com a economia criativa haja vista que podem gerar externalidades positivas e contribuir para a ampliação do bem estar social local.

Possibilidades conceituais de turismo

Para a Organização Mundial de Turismo - OMT (2001) o turismo é uma atividade estratégica por sua capacidade de envolver vários segmentos e atividades econômicas de modo a gerar oportunidades de emprego e conseqüentemente a diminuição de pobreza nesses países.

Zimmermann (1996) contextualiza o turismo também como um fenômeno social, composto pelo homem (autor do turismo), pelo espaço (substrato para a realização do turismo) e pelo tempo (elemento temporal consumido pela própria viagem – deslocamento – e pela estada no destino). Partindo dessa premissa, Barreto (2003) enfatiza ainda, que o turismo é o movimento de pessoas e atendimento das necessidades dos que viajam ou não, pressupondo assim, uma interação entre o turista e o destino turístico. Portanto, Barreto (2005) define turismo enquanto fenômeno, que compartilha fronteiras com diversas ciências e atividades humanas, e depende que todos os fios da teia, na qual este se entrelaça, estejam aptos a auxiliar no processo de desenvolvimento local.

Para além da definição econômica de que o turismo corresponde a soma das operações econômicas relacionadas com entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros, Arendit propõe:

“turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo da interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando a satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local, formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na *vida economia, politica, cultural e psicossociológica da comunidade*.”Arendit (1999, p. 17 apud Wahab 1991, 26)

A partir dessa definição e reconhecendo o potencial multiplicador¹³ do turismo, é possível relacioná-lo a economia criativa e aos aspectos culturais, históricos e de identidade

¹³Efeito multiplicador é o efeito por meio do qual algum acréscimo inicial de gastos irá ocasionar uma elevação mais do que proporcional no nível da renda nacional. Em se tratando do turismo, seu efeito multiplicador pode ser verificado na economia via investimentos dos setores turísticos, geração de emprego e renda. Ou seja, a

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

local. Trata-se do turismo cultural que vem da tipologia proveniente dos recursos de heranças patrimoniais de referencial histórico/cultural, tais como monumentos, obras de arte, documentos e manifestações tradicionais. Atrativos como esses, geram deslocamento e permanências temporárias (BAHL, 2003). A prerrogativa para o desenvolvimento local se dá por meio de elementos, muitas vezes de bens intangíveis, que fortalecem e enriquecem a cultura local. O atrativo principal do turismo cultural são as atividades elaboradas pelo homem que formam a oferta cultural, um exemplo é o artesanato onde são retratados os saberes, tradições e símbolos de uma localidade. Segundo Barreto (2001) turismo cultural é aquele que tem como objetivo valorizar os bens materiais e imateriais produzidos.

As conotações e significados que o turismo tem alcançado geram consequências complexas que transcendem elementos quantitativos e incrementalistas. “O turismo na atualidade é resultado de processos sociais e culturais não completamente quantificáveis”. (ACERENZA, 1991, p 11).

A perspectiva avança quando se trabalha com a relação dessa atividade perante o fator desenvolvimento. Rodrigues (1997) enfatiza que “ao pensar desenvolvimento, deve-se ter em mente a dimensão social, pressupondo que uma comunidade tenha autonomia para gerir os seus destinos”.

Acerenza (1991) complementa dizendo que o turismo é uma atividade importante, porque visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade. A medida que se tenha conseguido a satisfação mínima de suas necessidades, através de condições de moradia, saúde e educação.

A atividade turística de acordo com essas premissas pode promover a melhoria de vida da população local, enfatizando aspectos culturais e sociais através da valorização do artesanato como forma criativa e inovadora visto que “o turismo não é e nem pode ser visto apenas como uma atividade econômica. É também uma atividade carregada de signos, representações, resistência e de valores sociais”. (OLIVEIRA, 2012, p. 07)

É de suma importância, portanto, visualizar o turismo não apenas como fator econômico e financeiro, e que o desenvolvimento não ocorre somente por esse viés. As questões sociais, culturais, ambientais e os aspectos políticos precisam ser considerados.

É nessa perspectiva que a economia criativa e o turismo estão baseados nos aspectos sociais e culturais da comunidade local, com a prerrogativa de geração de renda para os

participação do dinheiro gasto por turistas que permanece na economia local e gera benefícios agregados macroeconômicos diretos e indiretos. Logo, é multiplicador da renda, do emprego, do produto, das importações, das receitas do governo.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

indivíduos das classes menos favorecidas por meio do artesanato, elemento de valorização da cultural local.

Ações que visem num primeiro momento minimizar as consequências perversas e excludentes do processo de globalização é o primeiro passo para buscar soluções que conduzam ao desejado que Santos (2011, p.81), apresenta ser possível através do “... renascimento da técnica, isto é, o uso consciente e imaginativo, em cada lugar, de todo tipo de oferta tecnológica e de toda modalidade de trabalho”. E pode ser realizada por meio da construção de uma outra história onde não seja levado em consideração os vetores dominantes, mas a partir de processos econômicos e políticos produzidos de baixo para cima.

Possibilidades da Economia Criativa: cultura, artesanato e fronteira

De acordo com o Plano da Secretaria de Economia Criativa 2011¹⁴, a economia criativa é uma atividade de característica intangível e de valor simbólico, que se alimenta de talentos coletivos e/ou individuais com a intenção de produzir bens e serviços criativos.

“A economia criativa é, portanto, a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos. Por se caracterizar pela abundância e não pela escassez, a nova economia possui dinâmica própria e, por isso, desconcerta os modelos econômicos tradicionais, pois seus novos modelos de negócio ainda se encontram em construção, carecendo de marcos legais e de bases conceituais consentâneas com os novos tempos”. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011, p. 22-24)

Nesse sentido a economia criativa é uma possibilidade que pode contribuir substancialmente, usando o artesanato como a diferenciação necessária para colaborar no sentido de iniciar a mudança de paradigma social e econômico diretamente ligado com a satisfação das comunidades, grupos e indivíduos.

A Secretaria de Economia Criativa define a atividade pelo termo “setores criativos” que correspondem aos diversos conjuntos de empreendimentos que atuam no campo da economia criativa.

A economia criativa do ponto de vista do território, conforme apresenta Reis (2011), para se tornar uma cidade criativa deve apresentar características básicas como inovação no sentido de proporcionar soluções práticas para seus problemas ou antecipações de oportunidades, sejam elas inovações tecnológicas, sociais, culturais e outras. E nesse sentido, a cultura vem contribuir com seus aspectos simbólicos na interação com as demais áreas do

¹⁴ Ministério da Cultura. Plano da Secretaria da Economia Criativa – Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014.
© 2017 - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Todos os direitos reservados. ISSN: 2447-9195.
Geofronter, Campo Grande, n. 3, v. 3, p. 1-16.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

saber de forma a oferecer novos caminhos a serem trilhados junto com os aspectos econômicos para agregação de valor a setores não-culturais por meio da formação de ambientes abertos à inovação, ou seja, a criação de novas maneiras de apresentar os produtos através de parcerias entre ambientes culturais e econômicos.

Mas o que vem a ser cultura? Destaca-se a concepção de Trigo (1996) para quem cultura é o processo de acumulação de experiência do homem, à medida que ele vai sendo capaz de realizar essas experiências. Ondimu (2002) explica que cultura é um sinônimo de relacionamento de pessoas perante processos contínuos, mudanças e expressões dos valores das pessoas, crenças e rituais, além de artesanatos.

Postos estes elementos teóricos atinentes ao território e cultura, vislumbra-se potencial em termos de economia criativa para o município de Ponta Porã, justamente pelo valor intangível encontrados nessas variáveis já que converge com novas respostas que Santos (2011) descreve como iniciativas que poderão ser articuladas e superadas, permitindo contrariar as forças das estruturas dominantes, sejam elas presentes ou herdadas. Reforçando esse aspecto, Furtado (1978, p. 81) apresenta "... o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade".

Logo, a economia criativa como uma alternativa para o território de Ponta Porã vai ao encontro das considerações apresentadas e reafirmadas por Santos (2011, p. 78) para quem as relações do mundo atual podem ser enxergadas como "o que na verdade ele nos traz, isto é, somente, o conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições". E acrescenta que as possibilidades não estão apenas na realidade existente, mas "também o que ainda não existe, mas é empiricamente factível".

O Plano Nacional de Economia Criativa juntamente com Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e por meio dos relatórios da Economia Criativa (Creative Economy Report) dos anos de 2008 e 2010, estabelece as categorias e setores da economia criativa. Nos relatórios, os setores criativos estão classificados em nove áreas discriminadas em quatro categorias sendo elas: patrimônio, artes, mídias e criações funcionais. Na perspectiva do estudo abordar-se-á o setor de artesanato que está dentro da categoria de patrimônio que corresponde a "sítios culturais (arqueológicos, museus, bibliotecas e galerias) e as manifestações tradicionais (arte popular, artesanato, festivais e celebrações)". (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011, p. 30).

A utilização do artesanato como ferramenta para promover o desenvolvimento local, parte da concepção do artesão, individuo esse que trabalha manualmente, utilizando de

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

técnicas, habilidades, criatividade e valor cultural para retratar os símbolos e identidade cultural. No entanto o artesão quase sempre se utiliza da arte popular de seu território para expressar no produto (artesanato) o que configura o modo de ser e viver de um lugar. O artista popular geralmente representa o pertencimento ao seu povo, revela em suas peças (artesanato) a identidade cultural de uma região, busca a realidade e expansão cultural de um povo. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2012).

É nessa manifestação cultural (leia-se artesanato) representada pelo modo de ser e de viver de um povo por parte da economia criativa que aliada com o turismo cultural tem por premissa a valorização e o fortalecimento da identidade local.

Esses setores da economia podem auxiliar na promoção do desenvolvimento local, por meio do trabalho de pertencimento de uma comunidade, na medida em que o artesanato é uma das representações mais ricas de expressões culturais.

A experiência do município em questão no segmento do artesanato ainda está na fase embrionária. No ano de 2008, o Programa Arte de Ponta promovido pela Prefeitura de Ponta Porã por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social capacitou 300 pessoas com técnicas de produção e gerenciamento de produtos que estavam divididos em núcleos que ofereceram oficinas de tecelagem, nhanduti¹⁵ e cestaria. Os produtos feitos no programa foram apresentados em diversos eventos como feiras e exposições tanto em Mato Grosso do Sul, como em São Paulo e Brasília. (DIÁRIO OFICIAL DE PONTA PORÃ, 2008)

Em 2010, os artesão cadastrados na FUNCESPP¹⁶ participaram de um curso de acabamento a fim de melhorar a parte final das obras para obter maior ganho. O curso foi ofertado na Casa do Artesão de Ponta Porã, localizado na Praça Lício Borralho. (DIÁRIO OFICIAL DE PONTA PORÃ, 2010)

Hoje não existe mais a Casa do Artesão de Ponta Porã, entretanto os artesãos continuam seu trabalho. O que falta é um elo ou uma coordenação entre os artesãos e os demais setores da economia local para que possa facilitar parcerias tanto públicas quanto privadas¹⁷.

¹⁵A renda Nhanduti é um tipo de renda difundida nos países latino americanos pela cultura espanhola e que alcançou o Brasil especialmente através do Paraguai.

¹⁶FUCULDESPP - Fundação de Cultura, Desportos e Lazer de Ponta Porã.

¹⁷Em determinados lugares o processo acontece de forma tão natural que as pessoas envolvidas muitas vezes não percebem que se trata de economia criativa. Existem vários exemplos como o caso de Guaramiranga, cidade de cinco mil habitantes que possui uma política pública voltada para a cultura que é bem aproveitada pelos profissionais da cultura e consequentemente para a comunidade. E tudo começou em 1992 com a mobilização da comunidade através do conhecimento de seus artistas, produtores e gestores culturais começaram a fazer festivais que geraram renda para o município. (OLIVEIRA, 2014). Outro exemplo é o caso de Bichinho (Distrito

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

A condição de fronteira do município de Ponta Porã apresenta uma interação cultural por meio da história, da música, da gastronomia e do artesanato que não é explorada e nos quais é possível agregar valor econômico e social, tornando-se em alternativa de renda e dessa maneira promover o desenvolvimento local por meio das características e elementos culturais locais.

Consideração final

A perspectiva da interação entre economia criativa e o turismo possui um grande potencial de desenvolvimento se for levado em consideração a necessidade de lazer, de reinvenção da economia, novos consumos e tendências de reutilização de espaços urbanos. A cooperação entre a economia criativa e o turismo passa por expectativas que leva o turista a procurar experiências autênticas a fim de proporcionar o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem.

Nesse sentido, a localização de Ponta Porã, por ser uma cidade de fronteira, possui potencial cultural que pode ser explorado em conjunto pela economia criativa e o turismo. O artesanato por ser uma das mais ricas formas de expressão da cultura e do poder criativo de um povo, pode contribuir muito na cooperação entre as atividades, no sentido de criar oportunidades de trabalhar a história local de sua comunidade através da inserção do artesão na construção de objetos que representem a realidade da região, possibilitado renda e a identificação com seu local de origem, além de ser mola promotora do desenvolvimento local.

Entretanto, é fundamental que a coordenação desse processo seja realizada por alguma instância de governança capaz de fazê-lo: seja a gestão pública municipal ou parcerias e ações das universidades locais.

Referências

de Vitoriano Veloso) que pertence ao município de Prados em Minas Gerais, onde o artista plástico Antônio Carlos Beck promoveu oficina interagindo com a comunidade local capacitando profissionais que posteriormente montaram seus ateliês tornando o local um polo de produção do artesanato mineiro. O festival de Inverno da Universidade Federal do Paraná, realizado na cidade de Antonina é um evento que faz parte do roteiro turístico cultural do Estado e oferece oficinas com diversas representações de arte e espetáculos gratuitos. Com isso há uma movimentação da cadeia produtiva local que recebe turista e oferece vários atrativos para os participantes.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

ACERENZA, M. A. **Administración del turismo: conceptualización y organización**. 4. ed. México: Trillas, 1991.

ABLAS, L. A. de Q. **Efeitos do turismo no desenvolvimento regional. Turismo em Análise**. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 42-52, maio 1991.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São Paulo: Atlas, 1987.

ARENDIT, E. J. **Introdução à Economia do Turismo**. Campinas, SP: Editora Alínea, 1999.

BAHL, M. **Turismo: enfoques teóricos e práticos**. São Paulo: Roca, 2003.

BARRETO, M. **Planejamento e Organização em Turismo**. 9 ed. Campinas: Papirus, 2003.

BARRETO, M. **Planejamento responsável do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 2001.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280 p.

BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

DALLABRIDA, V. R. BECKER, D. F. **Dinâmica territorial do desenvolvimento**. IN: BECKER, D. F. WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. (p. 175-213).

DIÁRIO OFICIAL DE PONTA PORÃ. Ponta Porã, Ed. 0619. 16/07/2008. Disponível em <<http://www.pontapora.ms.gov.br/diarios/681.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DE PONTA PORÃ. Ponta Porã, Ed. 1052. 12/05/2010. Disponível em <<http://www.pontapora.ms.gov.br/diarios/1175.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2016.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA-IBGE

LIMA, R. G. **Artesanato e arte popular: duas faces de uma mesma moeda?** Disponível em

<http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Artesanato/Artesanato_e_Arte_Pop/CNFCP_Artesanato_Arte_Popular_Gomes_Lima.pdf>. Acesso em 10 jun. 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011 - 2014**. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Plano do Artesanato Brasileiro – Base conceitual do Artesanato Brasileiro**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2012.

OLIVEIRA, A. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, J. M. de; ARAUJO, B. C. de; SILVA, L. V. **Panorama da Economia criativa no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, P. R. A. de. **Dinâmicas socioespaciais em Guaramiranga-CE: dos festivais à reocupação das segundas residências pelo turismo**. Fortaleza, 2014. 150 f. Tese (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará – Programa de Pós-graduação em Geografia - 2014.

OLIVEIRA, T. C. M. de. **Condições de conturbação internacional** (o caso Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suárez). IN: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). América Platina: Educação, integração e desenvolvimento territorial. Campo Grande: UFMS, 2008.

OLIVEIRA JÚNIOR. A. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local** . Org. PORTUGUEZ A. P. SEABRA, G. F. QUEIROZ O. T. M. M. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

ONDIMU, K. Cultural Tourism in Kenya. **Annals of Tourism Research**.v.29, n. 4, p.1036-1047, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>
PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO. **Base Conceitual do Artesanato Brasileiro**. Brasília, 2012.

REIS, A. C. F. **Economia criativa – um novo olhar sobre o que faz a diferença**. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

RODRIGUES, A. B. **O turismo como desafio ao desenvolvimento local**. São Paulo. Hucitec, 1997.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, T. S. **O Artesanato como Elemento Impulsionador no Desenvolvimento Local em Municípios Brasileiros**. XIX Congresso de Pós-Graduação da UFLA. Lavras/MG. 2010

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e qualidades: Tendências contemporâneas**. Campinas: Papyrus, 1996.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. Tradução, Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZIMERMANN, A. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do autor. 1996.

*Recebido em 01 de junho de 2017.
Aceito em 30 de setembro de 2017.*